

SEPARATA

**O FEMININO NOS ARQUIVOS:
*abordagens e problematizações***



Design e paginação - Anabela Cabral ©

Imagem - Arquivo Teófilo Braga | BPARPD

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

2021

COLÓQUIO O FEMININO NOS ARQUIVOS

Ponta Delgada, 16 -18 de novembro de 2020

COMISSÃO CIENTÍFICA

Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC)

Marta Lobo Araújo (Universidade do Minho/ Lab2PT)

Maria de Lurdes Rosa (IEM –Universidade Nova de Lisboa)

Sandra Leandro (Universidade de Évora; IHA, FCSH, UNL)

Susana Serpa Silva (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Vaz do Rego (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Margarida Sá Nogueira Lalandia (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Rute Gregório (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

Isabel Soares de Albergaria (CHAM Açores –NOVA de Lisboa / Universidade dos Açores)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Cristina Moscatel (CHAM-A; BPARPD)

Joana M. Couto (BPARPD)

Sónia Sousa Freitas (BPARPD)

COMUNICAÇÕES APRESENTADAS

Conferência de Abertura - Pensar percursos femininos através dos arquivos das Misericórdias portuguesas da Idade Moderna, Professora Doutora Marta Lobo Araújo (UMinho/Lab2PT);

Painel 1: Escrita íntima: o diário da Condessa de Sabugosa e de Murça (1856-1952), Pedro Urbano (IHC-NOVA FCSH);

- *Correspondence in private and domestic archives in Italy. The case of the letters between Isabella de 'Medici and Paolo Giordano Orsini,* Gilda Nicolai (University of Tuscia);

- *A correspondência da primeira dama de Portugal que nunca chegou a exercer funções: Maria do Carmo Braga (1841-1911),* Joana Couto (BPARPD, FCSH/UAc e CHAM-A/UAc);

Painel 2: Agency femenina en los documentos de las instancias de justicia del mundo portugués durante los siglos XVI y XVII: una propuesta para la historia de las mujeres en el periodo moderno, Mariana Meneses (FCSH-UNL);

- *O depósito de mulher casada: legislação e processos judiciais da comarca de Coimbra (séc XIX-XX),* Rita Paiva Costa (Centro de História da Sociedade e da Cultura/UC);

- *Queixosas e arguidas - As mulheres nos processos crime dos arquivos judiciais das comarcas da ilha de S. Miguel, Açores (séc. XIX),* Susana Serpa Silva (CHAM-FCSH/UNL-UAc);

Painel 3: De Maria dos Prazeres à Maria de Jesus: as facetas da mulher e da freira reveladas no arquivo de família da Casa de Mateus, Wilson Ricardo Mingorance (FCSH/UNL);

- *Las mujeres de la familia Ara en la documentación del siglo XVI en el norte de Tenerife,* José António González Marrero (Instituto de Estudios Medievales y Renacentistas (IEMYR-ULL);

- *Arquivos e práticas arquivísticas femininas. Portugal, séculos XV-XVI,* Alice Borges Gago (IEM – FCSH/UNL);

- *Arquivar o anarquístico: o arquivo (do) feminino em duas perspetivas,* Gabriela Sá;

Painel 4: Escrituras e escritoras: duas vertentes da presença feminina em documentação de arquivo do século XVII, Margarida Sá Nogueira Lalandia (Universidade dos Açores; CHAM/UNL-UAc; CHAM-A/UAc);

- *Potencialidades das fontes notariais para o estudo das mulheres: o caso de Vila do Conde na segunda metade do século*

XVI, Amélia Polónia (DHEPI / FLUP, CITCEM / FLUP) e Maria João Oliveira Silva (CITCEM / FLUP);

Painel 5: "Para que todos tenham vida": um vislumbre do Arquivo do Instituto das Religiosas do Sagrado Coração da Maria em Portugal, Anabela Costa e Maria Alice Lopes Santos (Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria, Província Portuguesa);

- *História e memória de uma congregação religiosa feminina: o Arquivo Histórico da Congregação das Servas de Nossa Senhora de Fátima,* Rita Mendonça Leite (UCP-CEHR; CH-ULisboa) e Cátia Tuna (UCP-CEHR);

- *"O que se contém nestes breves capítulos, está justificado com papéis antigos, verdadeiros e autênticos tirados do nosso cartório [...]": Os livros de fundação dos conventos, testemunho do "ofício" de religiosas cartorárias,* Fernanda Maria Guedes Campos (CHAM NOVA FCSH/UAç; UCP CEHR);

- *Os arquivos das casas religiosas femininas como "fonte" para a História das Mulheres: o tombo do Mosteiro de S. Dinis de Odivelas,* Giulia Rossi Vairo (IEM, NOVA/FCSH e CIEBA, FBAUL);

- *Os Arquivos Musicais dos conventos da ilha de S. Miguel: as freiras como intérpretes e copistas entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX,* Isabel Albergaria Sousa (CESEM – NOVA/FCSH);

Painel 6: The feminine presence in a music and drama festival of the Belle Époque: what archives reveal that is missing from public documentation, David Cranmer (CESEM, NOVA-FCSH);

- *O Arquivo de uma Cantora e Divulgadora musical portuguesa: o caso de Ema Romero Santos Fonseca da Câmara Reis,* Alejandro Reyes Lucero (CESEM - NOVA/FCSH);

- *Repensar o corpo como arquivo da figura feminina na dança. Uma leitura a partir de Isadora Duncan,* Inês Zinho Pinheiro (Escola Superior de Dança do Instituto Politécnico de Lisboa);

Painel 7: Sob o olhar da Micro-História: o papel da professora primária na história da saúde pública em Paredes de Coura, durante o Estado Novo, Maria José Fonte Carranca;

- *Restaurando histórias de professoras, jornalistas e escritoras feministas do Rio Grande do Sul/Brasil (1889-1930),* Clarisse Ismério (URCAMP/ PUCRS) e Edla Eggert (PUCRS);

- *Materiais pedagógicos e biográficos dos arquivos Histórico Militar e do Instituto de Odivelas,* Ana Costa Lopes (CCEP-CEP-Universidade Católica Portuguesa);

- *Evelina de Sousa: pedagoga e defensora dos direitos da mulher,* Isolina Medeiros (UAç);

Painel 8: Representações da gravidez e do parto na imprensa feminina portuguesa: o caso da revista Modas & Bordados entre 1960 e 1977, Dulce Morgado Neves (Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), Centro de Investigação e Estudos de Sociologia);

- *O sufrágio feminino nos Açores- perspetivas da (e na) imprensa regional,* Bruna Travassos Valério (CHAM - NOVA/UAç);

- *As mulheres nacionalistas e as eleições presidenciais de 1949,* Sílvia Espírito Santo (Lab2PT - Laboratório de Paisagens, Património e Território/Universidade do Minho);

- *A presença feminina em dois arquivos quase inexplorados: os romances em português e espanhol publicados na França no século XIX,* Paulo Motta Oliveira (USP/CNPq);

Painel 9: Beatriz Pinheiro, feminista, republicana, escritora. (Viseu, 1871-Lisboa, 1922), Anabela Silveira (IHC-FCSH/UNL).

- *Diário de guerra: Testemunho na trajetória da jornalista Yvonne Jean da Fonseca (1940),* Beatriz Pereira da Silva (CFH/UFSC).

- *Uma Mulher Quinhentista em face do(s) Arquivo(s): D. Isabel de Bragança e a construção de uma biografia,* Andreia Fontenete Louro (CHAM / NOVA FCSH);

Painel 10: La reconstrucción del trabajo femenino en el Sur de Tenerife a través de los contratos de aparcería de tomates de la Cámara Agraria de Adeje, Mercedes Chinea-Oliva (ULL);

- *Mancebas. Toleradas. Meretrizes (nas franjas do esquecimento),* Graça Alves (DRC – Madeira);

- *Os processos trabalhistas como fonte para a história das mulheres,* Marcela Heráclio Bezerra (Universidade de Coimbra – UC (Portugal)/ Instituto Federal de Pernambuco – IFPE (Brasil));

- *Mulheres fotógrafas amadoras no Portugal de oitocentos.* Marianna Relvas, phot. amateur, Susana Lourenço Marques (IHA/NOVA FCSH);

Conferência de Encerramento - Arquivos do feminino e o feminino nos arquivos: fontes, questões, métodos (séculos XIX e XX), Professora Doutora Irene Vaquinhas (FLUC/CHSC).

VÍDEOS DAS COMUNICAÇÕES

Video de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=KcGv6So-Ycg>



Conferência de abertura:

<https://www.youtube.com/watch?v=T-4EUL7UymA>



Painel 1 - Correspondência e Diários:

https://www.youtube.com/watch?v=_B3kYnTRxlG



Painel 2 - Justiça e Criminalidade:

<https://www.youtube.com/watch?v=hhXP5fi2DGk>



Painel 3 - Arquivos de Família e Arquivística:

<https://www.youtube.com/watch?v=uFpZlMwBDFU>



Painel 4 - Fontes Notariais:

<https://www.youtube.com/watch?v=RI-lc-WbGho>



Painel 5 - Instituições Religiosas:

https://www.youtube.com/watch?v=XIL_SOFAA6c



Painel 6 - Artes Performativas:

<https://www.youtube.com/watch?v=1fsdzAxlr8c>



Painel 7 - Educação e Professorado:

<https://www.youtube.com/watch?v=7gGQm0ypk-A>



Painel 8 - Imprensa e Periódicos:

<https://www.youtube.com/watch?v=UKieRtCz4Qg>



Painel 9 - Personalidades:

<https://www.youtube.com/watch?v=2XeQDY609AM>



Painel 10 - Trabalho Feminino:

<https://www.youtube.com/watch?v=0OdUzoP8mIg>



Conferência de Encerramento:

<https://www.youtube.com/watch?v=f1GxWyBz8UM>





Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada

Título

O Feminino nos Arquivos: abordagens e problematizações

Edição

Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada | 2021

Coordenação Editorial

Cristina Moscatel, Sónia Sousa Freitas, Joana M. Couto

Design gráfico e paginação

Anabela Cabral

Impressão

Gráfica Açoriana.

Exemplares

550

ISBN

978-972-647-389-3

Depósito Legal

484115/21

O FEMININO NOS ARQUIVOS: abordagens e problematizações

SEPARATA

Parcerias do colóquio:



Edição:



Ponta Delgada
2021

As mulheres nacionalistas e as eleições presidenciais de 1949¹

Sílvia Espírito-Santo²

Resumo: Sendo as eleições presidenciais de 1949 as primeiras em que as mulheres portuguesas participavam publicamente numa campanha eleitoral, este artigo decorre do apoio feminino à candidatura de Óscar Carmona, o candidato do regime. Candidatura que, para as católicas nacionalistas, representava o garante da continuidade da «obra» de Salazar e dos princípios morais e religiosos que regulavam a ordem salazarista. Vinculadas por convicção, ou por laços familiares, a um contexto político-ideológico conservador, levantaram-se «em massa para dizer de sua justiça» à campanha da oposição, liderada por Norton de Matos, que interpretavam como um regresso ao laicismo e aos valores republicanos atentatórios da «dignidade feminina». Para isso, contaram com o apoio dos poderes político e religioso e ainda com o contributo dos órgãos de informação que lhes eram próximos.

Palavras-chave: eleições de 1949; sufrágio feminino; mulheres nacionalistas

Introdução

Em 1912, a escritora feminista Ana de Castro Osório fazia a seguinte afirmação no jornal *A Madrugada*, publicação de propaganda da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: «Enquanto a mulher não fizer ouvir a sua voz no parlamento todos os demais direitos serão para ela letra morta»³. De certa forma estas palavras expressavam o desapontamento das sufragistas com a recusa do poder republicano em conceder o voto às mulheres apesar da causa corresponder ao «sentir íntimo

¹Texto escrito segundo o anterior acordo ortográfico.

²Doutoranda em História Contemporânea na Universidade do Minho, mestre em Estudos sobre as Mulheres na Universidade Aberta, licenciada em História na FL-Universidade de Coimbra. Investigadora integrada do Lab2PT (Laboratório de Paisagens, Património e Território) na Universidade do Minho e membro do projecto WOMASS – Women and Associativism in Portugal, 1914-1974, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, financiado pela FCT no âmbito do projeto PTDC/HAR-HIS/29376/2017.

³Ana de Castro Osório, «Sufrágio Feminino» in *A Madrugada* de 31 de Julho de 1912, p. 1.

dalguns dos membros do governo»⁴. e ter sido defendida no Parlamento por deputados como Jacinto Nunes (1839-1931) ou Sá Pereira (1877- ?)⁵.

Recusa que o Código Eleitoral, aprovado em 1913, viria a confirmar, depois de corrigida a omissão da lei eleitoral de 1911 que permitiu à médica Carolina Beatriz Ângelo votar para a Assembleia Constituinte na qualidade de chefe de família. Os verdadeiros fundamentos para a deliberação viriam a ser explicitados no debate político que a antecedeu, nomeadamente através da intervenção do senador Feio Terenas (1850-1920) que, mesmo tendo votado a favor do sufrágio feminino, não se coibiu de considerar as portuguesas como seres de «espírito fraco» cujo voto poderia por em perigo o ideário laico republicano.

A Mulher é, em geral, um espírito fraco, que vai ao confessorário, que ouve o seu director espiritual e as missões dos jesuítas e padres reaccionários. Felizmente que nós estamos sendo livres dessa praga, mas nem por isso podemos confiar na presente geração das mulheres ignorantes e fanatizadas⁶.

A noção de que o voto feminino poderia ser influenciado pelo ideário católico conservador foi amplamente propagada em jornais como por exemplo o republicano *A Luta* para quem «o mulhero é[ra] reaccionário a valer»⁷. Neste contexto, e como refere o investigador João Esteves, tornava-se penoso constatar como a imprensa republicana atacava e zombava das «sufragistas, em tom semelhante ao que faziam os jornais monárquicos e de oposição»⁸. Uma narrativa assente em preconceitos sociais e de género que pôs em evidência o temor da República – regime laico em permanente equilíbrio político-ideológico – pelo efeito catolicismo no sentido do voto das mulheres.

Paradoxalmente, a partir de 1926, seriam os regimes de «sensibilidade feminista improvável»⁹ (Ditadura Militar e Estado Novo), a reconhecer a mais-valia do catolicismo feminino para o poder conforme evidencia a sucessiva promulgação de

diplomas legislativos a fixar os critérios de acesso das mulheres ao voto; um percurso normativo que, em 1934, alargou a elegibilidade para a Assembleia Nacional e para a Câmara Corporativa às que tivessem mais de 21 anos, que fossem solteiras com rendimento próprio ou que trabalhassem, às chefes de família e às casadas com diploma secundário ou que pagassem determinada contribuição predial¹⁰.

É de acordo com a nova lei eleitoral que, em 1935, foram eleitas duas mulheres para a Câmara Corporativa – Clemência Dupin de Seabra (1874- 1936) e Maria José Novais (1896-1982) – e três para a Assembleia Nacional – Maria Guardiola (1895-1987), Domitília de Carvalho (1871-1966) e Cândida Parreira (1877-1942). Embora a ampliação do voto feminino se coadunasse com as reivindicações das sufragistas republicanas, seria o próprio Salazar a refutar a ideia de qualquer proximidade ideológica com aquele movimento ao afirmar que o facto de «algumas senhoras» integrarem a Assembleia Nacional não significava ter-se o Estado, ou elas próprias, convertido (...) ao feminismo»¹¹; e é mesmo a candidata a deputada Cândida Parreira que, num discurso proferido durante a campanha eleitoral, vem esclarecer publicamente as razões que, em seu entender, terão movido Salazar a ampliar o universo das eleitoras e das elegíveis.

Salazar pressentiu que para tal combate [contra a desmoralização] seria necessária energia superior à do homem. Onde iria encontrá-la? Só uma solução! A Mulher Cristã! (...) A Mulher Portuguesa! Salazar não hesita (...). O auxílio da mulher tornava-se mais que necessário, tornava-se indispensável¹².

Para esta advogada de profissão, solteira, católica apostólica romana – perfil revelador das idiosincrasias do «Chefe» relativas ao papel social das mulheres – Salazar compreendeu que só a «Mulher Cristã» o podia auxiliar a travar o «combate contra a desmoralização» ou, por outras palavras, a reorientar a «Mulher Portuguesa» nos valores católicos tão maltratados por anos de feminismo laico e maçónico. Retórica que vem ao encontro da tese do historiador francês Pierre Rosanvallon segundo a qual o direito de sufrágio feminino deveu-se à especificidade própria que as mulheres enquanto mulheres, e não como indivíduos, introduziam na esfera política, pelo que foi a diferença e não a equivalência que fez com que fossem chamadas às urnas¹³.

⁴ *A Capital*, 29 de abril de 1913, disponível em <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>

⁵ «Sufrágio Feminino em Debate (1913), disponível em <https://www.parlamento.pt/Parlamento/Paginas/sufragio-feminino1913.aspx>.

⁶ Idem.

⁷ «Voto de Mulheres», in *A Madrugada* de 31 de Dezembro de 1913, p.2, citando o jornal republicano *A Luta*.

⁸ João Esteves (1991), *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas. Uma organização política e feminista (1909-1919)*, Lisboa, CIDM, p.2.

⁹ Sobre o voto feminino ver: Pierre Rosanvallon (1995), «A História do Voto das Mulheres, reflexão sobre a especificidade francesa», in Georges Duby /Michelle Perrot, *As Mulheres e a História*, Lisboa, Publicações D. Quixote, pp.73-77.

¹⁰ Decreto-Lei n.º 24 631, de 6 de Novembro de 1934.

¹¹ *O Século* de 19 de Novembro de 1934, p.1.

¹² Cândida Parreira, *A Mulher na Política e a Política da Mulher*, discurso proferido em Lisboa no Teatro Nacional Almeida Garret, a 9 de Dezembro de 1934, durante a campanha eleitoral.

¹³ Pierre Rosanvallon (1995), *op. cit.*, p.75.

De sublinhar que, a progressiva abertura estadonovista ao sufrágio feminino foi acompanhada pela doutrinação político-religiosa das eleitoras a cargo, a partir do final da década de 30, de organizações femininas estatais como a Obra das Mães pela Educação Nacional, a Mocidade Portuguesa Feminina mas também da própria Escola; estruturas que proporcionaram a formação «de um corpo eleitoral numeroso e potencialmente dócil»¹⁴ que replicou o discurso do poder político e religioso e que foi fiel a Salazar e ao regime até ao fim.

As eleições de 1949

Face à expansão dos valores democráticos e à pressão das democracias europeias sobre os regimes autoritários que se verificavam na Europa a partir do pós-guerra, as eleições presidenciais de 1949 apresentam-se a Salazar como o momento oportuno para evidenciar uma suposta abertura política garantindo assim a sobrevivência do regime; estratégia que já vinha a ser ensaiada desde 1945 quando, a propósito das eleições para deputados à Assembleia Nacional, em entrevista a António Ferro, este profira a seguinte afirmação: serão «tão livres como na livre Inglaterra. Recenseou-se quem quis e votará quem quiser, o censo acusa 70% mais do que em 1925».¹⁵

Assim, em 1949, quando ainda ressoava a possibilidade da realização de eleições livres, surgem duas candidaturas à presidência da República protagonizadas por candidatos situados em espectros políticos e ideológicos opostos. Pela União Nacional, o partido do governo, era apresentado o Marechal Óscar Carmona (1869-1951), o candidato natural do regime que, desde 1926, se apresentava a eleições sem opositor; enquanto que, pela Oposição Democrática, era apresentado o general Norton de Matos (1867-1955) cuja candidatura, embora inicialmente pouco consensual, permitia aos opositoristas sair da clandestinidade para denunciar de forma legal as políticas do Estado Novo.

Sendo a primeira vez que as mulheres participavam numa campanha eleitoral e tinham visibilidade na vida partidária, facto a que não é alheia a publicação da Lei nº 2015 de 28 de Maio de 1946 que estendeu o voto a maior número de eleitoras, é importante destacar a sua presença nos órgãos oficiais e oficiosos das duas candidaturas e atender aos temas que introduziram na campanha. Ressalva-se, porém, que este artigo incide apenas na actuação das nacionalistas católicas – grande parte ligadas às estruturas sociopolíticas salazaristas – e na forma como estas se mobilizaram a favor do candidato do regime; temática que tem suscitado pouco interesse historiográfico

¹⁴ Elina Guimarães in *Diário de Notícias* de 19 de Março de 1986.

¹⁵ *Diário de Notícias* de 22 de Setembro de 1945.

ao contrário do que tem incidido sobre a participação das mulheres opositoristas na campanha de Norton de Matos, objecto de vários trabalhos académicos individuais e/ou colectivos.¹⁶

Como fonte preferencial, e ressalvando a sua marcada pertença ideológica, recorreremos aos arquivos da imprensa nacional e regional, nomeadamente aos jornais de Leiria (*A Região de Leiria*, *O Mensageiro* e *a Voz de Domingo*) pela sua representatividade no universo da imprensa local, particularmente da católica. O enfoque foi posto em artigos dirigidos às mulheres ou de sua autoria – entrevistas, artigos de opinião e discursos proferidos em comícios – publicados no arco temporal de 1 de Janeiro de 1949, data da abertura oficial da campanha eleitoral, ao fim de Fevereiro de 1949, apesar das eleições terem ocorrido a 13 desse mês.

Dado que a cidade de Leiria foi uma das quatro cidades escolhidas para o arranque da campanha de Óscar Carmona (as outras foram Guimarães, Barcelos e Lisboa)¹⁷, começamos por destacar as palavras de Afonso Zúquete, governador civil da cidade, proferidas na cerimónia: «não são dois homens que estão em equação. São dois regimes. Que representa um? Paz, ordem, obras, portos, honra e dignidade. O que representa a oposição? Tudo o que fica atrás do 28 de Maio»¹⁸. Afonso Zúquete será apenas um dos primeiros a replicar as palavras ditas por Salazar na abertura da II Conferência da União Nacional, realizado no Porto, a 7 de Janeiro de 1949¹⁹, e que irão dar o mote à estratégia discursiva que vai marcar toda a campanha eleitoral do candidato Óscar Carmona.

É, pois, num clima ideologicamente extremado que as apoiantes do regime apesar de, como gostavam de afirmar, serem «avessas a qualquer espécie de manifestações públicas», consideraram participar na campanha; um «imperativo moral» para demonstrar a Norton de Matos que, ao contrário do que terá posto a circular ainda antes do início da campanha, a maioria das portuguesas não estava com ele.²⁰ Generalização que muitas consideraram abusiva e que a escritora e poetisa Fernanda de Castro (1900-1994), na qualidade de «mulher portuguesa», denunciou aos microfones da Emissora Nacional.

¹⁶ Sobre a abordagem historiográfica da intervenção política das mulheres da oposição nas eleições de 1949, ver: Vanda Gorjão (2002), *Mulheres em Tempos Sombrios. Oposição Feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, «Coleção Estudos e Investigações, 24», pp. 199-204; Daniel Bastos (2008), «Mulheres na Política. A Participação Feminina na Campanha Presidencial de 1949 em Évora» in *Feminino Ao Sul: História e Historiografia da Mulher*, Coordenação de Sara Marques Pereira, Maria de Deus Manso e Marília Favinha, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 37-43; Helena Pinto Janeiro (2010), «A questão feminina na campanha de Norton de Matos» in PAULO, Heloísa, JANEIRO, Helena Pinto (ed.), *Norton de Matos e as Eleições Presidenciais de 1949: 60 anos depois*, Lisboa, Colibri, pp. 35-56, disponível em <http://hdl.handle.net/10362/79549>.

¹⁷ «As primeiras sessões de propaganda da União Nacional», in *Diário de Notícias* de 7 de Janeiro de 1949, portuguesas p.2.

¹⁸ «Propaganda de Candidatura do sr. Marechal Carmona», in *O Mensageiro* de 19 de Janeiro de 1949, p.1.

¹⁹ Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, vol. IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 350.

²⁰ Dada a repercussão negativa da afirmação, o candidato da oposição viria, dias antes do início da campanha

O sr. general Norton de Matos disse há dias que 80% das mulheres portuguesas estão ao seu lado. Perante esta declaração, como mulher portuguesa, tenho o direito e o dever de protestar. Em que factos baseia o sr. general Norton de Matos a sua estranha afirmação? Em dois ou três comícios, em meia dúzia de discursos, em dez ou doze artigos e entrevistas espalhadas pelos jornais? Mas todos sabem que 80% das mulheres portuguesas – para não dizer 90 ou 95% - são avessas a qualquer espécie de manifestações públicas. (...) e a prova é que só agora depois da ousada afirmação do sr. general Norton de Matos elas se levantam em massa para dizer de sua justiça²¹.

As mulheres que, como Fernanda de Castro, se levantavam «em massa para dizer de sua justiça» faziam parte, na sua maioria, das elites nacionalistas católicas que, como ela, estavam ligadas ao regime por laços ideológicos e familiares; eram, sobretudo, membros de organizações estadonovista como a Mocidade Portuguesa Feminina, a Obra das Mães pela Educação Nacional mas também da Acção Católica ou Noelista, mulheres de ministros, ex-ministros ou de altos quadros do salazarismo que lideravam manifestações de mulheres contra a «ofensiva anti-cristã e anti-nacional» protagonizada, em seu entender, pela candidatura adversária; candidatura indesejável dado o passado republicano, maçónico e anticlerical do candidato cujo envolvimento na construção do Estado laico da I República fazia temer um regresso à tentativa de erradicação do catolicismo. Para a propagação da hostilidade que se gerou em torno da candidatura de Norton de Matos muito contribuíram críticas, boatos e notícias falsas postas a circular por alguns membros do clero que o visavam pessoalmente e à quais este não ficou indiferente.

Tendo chegado ao meu conhecimento que em várias igrejas do país os respectivos párocos estão fazendo afirmações erradas sobre a minha posição perante o problema religioso venho pedir a V. Ex.^a muito encarecidamente que me comunique concretamente e por telégrafo em cada caso particular a igreja onde foram proferidas, o dia e o nome do sacerdote²².

eleitoral, corrija-la dizendo: «(...) as mulheres que sentem mais directamente os malefícios do regime, serram fileiras em torno de mim», in «Não existe bomba atómica! Fala Norton de Matos», in *Diário da Manhã*, de 23 de Dezembro de 1948, p.1.

²¹ «O Depoimento da escritora D. Fernanda de Castro», in *A Voz* de 6 de Fevereiro de 1949, p.1.

²² «A Candidatura do sr. General Norton de Matos e o Clero», in *Região de Leiria* de 15 de Janeiro de 1949, p.1.

A firmeza com que Norton de Matos enfrentava a campanha clerical contra a sua candidatura, embora pouco realista face ao contexto em que se movia e aos meios de que dispunha, remete para uma tentativa de combater o poder de persuasão e influência do baixo clero rural sobre uma população analfabeta na qual as mulheres eram maioritárias.

Mas é ao discurso do Núcleo Feminino de Apoio à candidatura do general Norton de Matos do qual fazia parte, entre outras, Cesina Bermudes, Maria Aboim Inglês, Manuela Porto, Irene Russel, Palmira Tito de Morais, Leopoldina Mesquita e Maria Lamas, que as nacionalistas cristãs vão estar particularmente atentas; isto porque, sendo mulheres que provinham de «um vasto leque de culturas e tradições» e que se moviam em círculos socialmente visíveis²³, nas suas intervenções denunciavam a repressão do regime, criticam o conservadorismo e a religiosidade das situacionistas e defendiam temas como a legalização da prostituição – tema, aliás, que levou a médica Cesina Bermudes a chamar «moralistas sem coração e sem miolos» às mulheres que apoiavam o salazarismo²⁴.

Na palestra que proferiu, a 28 de Janeiro de 1949, na *Voz do Operário*, a escritora e jornalista Maria Lamas (1893-1983), realçava os valores político-ideológicos que separavam os dois segmentos femininos: as que defendiam o «regime de opressão» por entenderem ser o único que lhes dava garantias de «viver cristãmente» para o lar e para a família e as que lutavam por um regime de liberdade política e religiosa tendente à emancipação feminina.

As Mulheres que publicamente se têm manifestado a favor da situação alegam, como justificação da sua atitude, que querem viver cristãmente, e isso só é possível dentro do Estado Novo. Atribuem ao regime de opressão em que vivemos (...) os benefícios máximos para a família e consideravam-no a única salvaguarda da dignidade feminina. (...) Tão portuguesas como as defensoras da situação, somos nós, Mulheres Democratas, que lutamos pelo verdadeiro progresso da nossa Pátria – um progresso que (...) abranja todas, mas todas, as mulheres portuguesas, sem distinção de classes, sem distinção de crenças!²⁵

²³ Sobre o tema ver Vanda Gorjão (2002), *Mulheres em tempos sombrios, Oposição feminina ao Estado Novo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp.19-20.

²⁴ «Discurso pronunciado pela Sr.^a Doutora Cesina Bermudes, em Évora» (1949), in *Norton de Matos, às Mulheres de Portugal*, Lisboa, Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos p.83.

²⁵ Maria Lamas (1949), «Palestra de D. Maria Lamas», in *As mulheres de Portugal (colectânea dalguns discursos pronunciados para a propaganda da Candidatura)*, Lisboa, Serviços Centrais da Candidatura do General Norton de Matos, p.13.

Por outro lado, e em contra-ciclo com as palavras de Maria Lamas, a imprensa próxima do regime exaltava as mulheres da «situação» por se manterem fiéis ao seu papel social, ao culto da família e da Pátria mas também por serem as únicas «realistas» que sabiam reconhecer tudo o que o Estado Novo tinha feito pela ordem e pela tranquilidade pública sem esquecer a neutralidade na II guerra Mundial que lhes poupou filhos e maridos²⁶. É, pois, num quadro de sujeição reverencial ao poder que se desenvolve a campanha feminina em torno da candidatura de Óscar Carmona, o único candidato que as mulheres da «situação» reconheciam como garante da unidade, estabilidade e progresso do país.

Uma campanha que vai reflectir a sua formação conservadora, obediente ao regime e à igreja e na qual vão por em prática uma espécie de contra-discurso cujo registo passa pela fusão da retórica salazarista com o discurso paroquial. Fórmula que fica patente no protesto das *Mulheres Católicas do Distrito de Leiria* contra a «propaganda política anti-religiosa» e «provocadora» dos artigos de José Tomás da Fonseca (1877-1968), um militante do Movimento de Unidade Democrática, professor e ex-seminarista; ou, nas palavras de António Pinte Leite, jornalista do jornal católico *A Voz*, um «jacobino desvairado»²⁷ que «insulta[va] e profana[va] nos termos mais reles e ignominiosos, Nossa Senhora»²⁸ e associava o culto feminino à Virgem Maria a práticas de superstição.

A tal santa, vestida de seda e oiro, circula hoje como verdadeira soberana de Portugal daquém e de além-mar. Quando ela passa é obrigatório ter-se na mão uma vela, ajoelhar em terra, cantar louvores, e (...) dizer-lhe adeus com lenços brancos (...). Sei de padres que se revoltaram contra a superstição (...). O número impressiona sempre, os coros tocam os corações e os lenços que dizem adeus ao ídolo são igualmente perturbantes²⁹.

Embora, dado o ruído provocado por estes artigos, Tomás da Fonseca tenha vindo a público esclarecer o sentido das suas palavras dizendo que era preciso não «confundir a questão religiosa com a clerical»³⁰, o rastilho da indignação estava

²⁶ «A mulher portuguesa contra a «Oposição» anti-nacional», in *Diário da Manhã*, 6 de Fevereiro de 1949, pp.1e2.

²⁷ «No órgão pessoal de Norton de Matos começou a campanha anticatólica» in *A Voz* de 11 de Janeiro de 1949.

²⁸ António Pinto Leite (1949), *O meu voto com carta aberta às mulheres portuguesas e carta aberta aos católicos portugueses*, [s. l., s. n.], Lisboa, Tip. Severo Freitas Mega, p.43.

²⁹ Tomás da Fonseca, «Segunda carta ao provinciano inquieto» in *A República* de 9 de Janeiro de 1949, p.4

³⁰ «O problema religioso tratado por Tomás da Fonseca» in *A República* de 11 de Janeiro de 1949, p.1.

lançado e, a 22 de Janeiro de 1949, as *Mulheres Católicas do Distrito de Leiria*, numa comitiva que integrava delegações de todos os concelhos, faziam chegar ao Governo Civil uma «Mensagem de Protesto» de desagravo «pelas afrontas lançadas a Deus e à Virgem»; neste documento, que em pouco tempo ganhava projecção nacional, as mulheres do distrito de Leiria – distrito que inclui a localidade de Fátima, lugar de culto mariano para os católicos – reafirmavam o «culto da Família e do Lar e da Divindade» e, dada a filiação maçónica tanto de Tomás da Fonseca como de Norton de Matos, atribuíam «a propaganda política anti-religiosa ao Grão Mestrado Maçónico»³¹.

Na senda dos protestos, que rapidamente alastram a quase todo o país, as «senhoras da Figueira da Foz» sugeriam ao Marechal Carmona que a «Mensagem ficasse depositada aos pés de Nossa Senhora de Fátima»³² e as mulheres do Algarve entregavam ao Bispo da diocese um abaixo-assinado com «10577 assinaturas» pedindo que a «Mensagem de desagravo pelas blasfémias [proferidas] contra Nossa Senhora» fosse depositada aos pés da imagem de Nossa Senhora no Santuário de Fátima³³, também as mulheres de Viana do Alentejo pediam ao jornal *A Voz* a publicação de um protesto de indignação pela «campanha insultuosa contra a Igreja Católica» assinado por 43 mulheres³⁴ enquanto, de norte a sul do país, eram levadas a cabo iniciativas religiosas de «desagravo a Nossa Senhora». Claramente incentivadas pelo jornal católico *A Voz* – durante o período eleitoral manteve uma coluna diária dirigida às nacionalistas católicas – as manifestações político-religiosas femininas desenvolvidas a nível regional evidenciavam um segmento pouco, ou nada, politizado, instigado pela igreja e amedrontado por discursos intimidatórios e catastrofistas acerca do candidato da oposição; nomeadamente os que atribuíam, como referido, ao perfil republicano e maçónico de Norton de Matos a repetição do laicismo da I República e, sobretudo, do «clima de desordem e anarquia» que atribuíam a este regime.

Vai neste o sentido a intervenção de Manuel Colares Pereira (1900-1970), deputado pelo círculo de Leiria, quando, na primeira sessão de propaganda da candidatura de Óscar Carmona, se dirige «às senhoras presentes» evocando a figura da «rainha Santa Isabel que fazia cair do avental rosas e moedas», para as exortar a trabalhar no sentido de contrariar a vinda de «outro avental donde caíam desatinos e guerras»³⁵. Aos perigos sugeridos pela filiação maçónica do candidato da

³¹ «Mensagem de protesto das Mulheres católicas do Distrito de Leiria contra afirmações feitas na actual campanha eleitoral» in *O Mensageiro* de 20 de Janeiro de 1949, p.1

³² «Mensagem das Mulheres Portuguesas ao sr. Marechal Carmona», in *O Mensageiro* de 17 de Fevereiro de 1949, p.3.

³³ Em desagravo a N. Senhora, as mulheres católicas do Algarve in *A Voz de Domingo* de 12/3/1949, p.3.

³⁴ «Justo desagravo» in *A Voz* de 22 de Janeiro de 1949, pp. 1-6

³⁵ «Propaganda da candidatura do sr. Marechal Carmona», in *O Mensageiro* de 13 de Janeiro de 1949, p.1.

oposição, juntava-se ainda o apoio que este recebia do partido comunista, partido apresentado ao qual eram atribuídas «actividades subversivas» e «anti-patrióticas» e cujo ateísmo ameaçava a tradição de religiosidade católica que sustentava a unidade nacional.

As mulheres portuguesas honram-se, como demonstra a história, de servir para pôr fora o estrangeiro, não para introduzi-lo dentro de Casa. E o Sr. general Norton de Matos é o instrumento dos russos que se querem instalar na nossa Pátria. E instalam-se se vingar a candidatura de S. Ex.^ª.

Porque os comunistas portugueses não recebem ordens do Sr. general Norton de Matos! RECEBEM-NAS DE MOSCOVO³⁶.

Permeáveis a esta retórica, a possibilidade de uma «viragem» político-ideológica do país fez com que as mulheres ideologicamente alinhadas com o salazarismo transferissem para a campanha eleitoral os medos e mitos que lhes foram inculcados pela retórica anti-republicana, anti-comunista e anti-feminista; é neste plano que se insere a «carta aberta à Sr.^ª D. Palmira Tito de Morais» da autoria de Maria Helena Pereira Gens, publicada no semanário católico leiriense *A Voz de Domingo*.

Defendeu V. Ex.^ª a trilogia de que a mulher portuguesa «só serve para ir à Igreja, ter filhos e cozinhar», pretendendo outras funções que certamente lhe serão dadas quando, em Portugal for eleito, como Supremo Magistrado da Nação, o Sr. General Norton de Matos.

Porém, como V. Ex.^ª se engana!

Nem nós, as Mulheres Portuguesas, pretendemos a missão diferente da que temos tido até hoje, como até prescindimos de quaisquer regalias que estejam na mente dos simpatizantes da causa do Sr. General Norton de Matos.

O nosso voto (...) contribuirá para a reeleição do Senhor Marechal Carmona, que nos assegura em paz e felicidade a nossa missão de continuadoras de Portugal, cooperantes com Deus na Obra da Criação.

(...) Estou em crer que V. Ex.^ª foi vítima de uma miragem que se desvanecerá no próximo dia 13, com a reeleição do nosso venerando

³⁶ António Pinto Leite (1949), *op. cit.*, p.44.

e QUERIDO presidente, por uma significativa e esmagadora maioria³⁷.

Como vinha fazendo noutros comícios, numa intervenção realizada a 3 de Fevereiro de 1949, no Teatro de Leiria, Palmira Tito de Morais (1912-2013)³⁸, criticou a orientação da educação feminina sob a fórmula hitleriana «*Kinder, Kuche und Kitche*», concluindo com a afirmação de que as portuguesas não eram «religiosas», mas «supersticiosas» e que o seu papel de mães de família era pouco dignificado «em matéria de matrimónio»; palavras que suscitaram o repúdio da jovem leiriense que, dando corpo às representações que atravessaram a espessura do tempo e se enraizaram num pensamento simbólico sobre a diferença entre os sexos³⁹, reafirma, em nome das «Mulheres Portuguesas, o desejo de prosseguir, a «missão» de «continuadoras de Portugal».

Mas, com a proximidade das eleições, é em Lisboa que a propaganda feminina pelo candidato do regime ganha nova dinâmica; nomeadamente com o convite dirigido a «todas as mulheres da capital» para que, nos dias 6 e 7 de Fevereiro de 1949, fossem «lançar o seu nome numa das listas especialmente destinadas a esse fim afirmando que votam no marechal Carmona e portanto na ordem, na paz e na prosperidade da terra portuguesa»⁴⁰. Listas que se encontravam no átrio da Câmara Municipal de Lisboa e que eram introduzidas pelo seguinte texto:

Ao regime que nos governa devem as mulheres portuguesas a participação na vida política; a segurança dos seus lares e a paz de que gozaram num Mundo fustigado pela guerra e pela miséria; a protecção no trabalho; largas medidas de assistência à pobreza; a efectivação, em pleno desenvolvimento, dos seguros sociais; o interesse do Estado, antes quase desconhecido pela educação dos seus filhos, pela maternidade e pela infância; a resolução, que caminha a passos seguros, do trágico problema da habitação barata; e a elevação da sua dignidade de portuguesas perante as nações estrangeiras. As crenças, que são quase todas, devem-lhe ainda, o respeito pela sua fé e a liberdade do culto⁴¹.

³⁷ Maria Helena Pereira Gens, «Carta aberta à Sr.^ª D. Palmira Tito de Morais» in *A Voz de Domingo* de 6 de Fevereiro de 1949, s/p.

³⁸ Maria Palmira Tito de Morais (1912-2013), com formação em enfermagem, feminista e resistente ao regime salazarista, integrou a Comissão Feminina do Movimento de Unidade Democrática (MUD) e, em 1949, empenhou-se na candidatura do general Norton de Matos.

³⁹ Michelle Perrot (1997), *Mulheres Públicas*, São Paulo, Editora Unesp, p.9.

⁴⁰ «Convite às mulheres eleitoras», in *O Mensageiro* de 3 de Fevereiro de 1949, p.1.

⁴¹ Idem ibidem

No texto, embora curto, são elencadas as principais razões pelas quais as signatárias deviam votar no candidato do regime: em primeiro lugar porque este lhes concedeu o direito ao voto e a participar na «vida política», numa crítica aos dirigentes da I República que nunca equacionaram a atribuição de direitos políticos às mulheres; porque, com a neutralidade do país na II Guerra Mundial, lhes garantiu a «segurança dos seus lares e a paz de que gozaram num Mundo fustigado pela guerra e pela miséria»⁴²; e porque «caminha[va] a passos seguros» para resolver o «problema da habitação barata», um anseio das classes mais desfavorecidas.

A iniciativa partiu de um grupo de mulheres auto-designado por Movimento Nacional Feminino (MNF)⁴³ constituído por nacionalistas católicas⁴⁴ e liderado por Lúcia Infante de La Cerda de Stau Monteiro (1903-1980), mulher de Armindo Monteiro que, depois de ter desempenhado os cargos ministeriais, em 1949, era deputado à Assembleia Nacional. A proximidade do MNF ao regime e à igreja católica está ainda patente no facto de esta ser integrada pelas «sr.ª de Cencal de Abreu e D. Isaura Madeira esposas dos srs. ministro do Interior e do governador civil de Lisboa» bem como pela «condessa de Cabral, D. Maria da Glória Barros e Castro»⁴⁵, presidente da Sociedade Feminina de S. Vicente de Paulo.

Para impulsionar as assinaturas, a 6 de Fevereiro, a comissão central do MNF dirigia um comunicado às mulheres portuguesas nestes termos: «O nosso país está em perigo, os vossos lares estão ameaçados de morte. Mostrai que tendes coragem e energia para os defender. O comunismo só passará as nossas fronteiras se as mulheres quiserem ...»⁴⁶. Um registo alarmista que foi bem acolhido pelas mulheres já que foram muitas, e de vários pontos do país, que acorreram às Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia das suas localidades para assinar as listas de apoio a Carmona; já o *Diário de Notícias*, que transmitia diariamente o número de adesões femininas à iniciativa, noticiava que as listas entregues no dia 13 de Fevereiro de 1949, a Carmona, tinham sido assinadas por cerca de 430.238 mulheres⁴⁷.

⁴² Este agradecimento ocorreu, em 1948, com a oferta de uma escultura da autoria de Leopoldo de Almeida intitulada «As Mulheres Portuguesas gratas a Salazar». Realizada por subscrição pública entre 1948 e 1974, esteve situada no jardim Maria Elisa Baptista de Sousa, pianista, e também conhecido por «Jardim Salazar», Rua da Imprensa, Lisboa. Cf., Câmara Municipal de Lisboa, Divisão do Património.

⁴³ Vinte e dois anos mais tarde, a designação de Movimento Nacional Feminino iria ser recuperada por outra organização de mulheres nacionalistas constituída para apoiar os militares que combatiam na guerra colonial (1961-1974) e as suas famílias e que teve como líder carismática Cecília Supico Pinto, também ela mulher e um ex-ministro e alto quadro do governo de Salazar.

⁴⁴ Pertenciam ao Movimento Nacional Feminino: Duquesa de Palmela, Marquesa de Rio Maior, Condessas de Sabugosa, S. Lourenço e Arnoso, Helena Palmela, Maria de Jesus Lucena, Maria Oliva Alarcão, Maria Amélia Carvalho Maia, Maria Vitória Paiva Raposo Vilar, Maria Vilhena Vilar, Isabel D'Orey Gomes da Costa, Maria Alice Anjos Dinis, Maria Sousa Salgado

⁴⁵ «É amanhã e depois», in *Diário de Notícias* de 5 de Fevereiro de 1949, pp.1 e 6.

⁴⁶ «A Manifestação das Mulheres Portuguesas ...», in *Diário de Notícias* de 6 de Fevereiro de 1949, p.1

⁴⁷ «O Marechal Carmona recebeu ontem as representantes do Movimento Nacional Feminino», in *Diário de Notícias* de 13 de Fevereiro de 1949, pp.1 e 6.

Também a nível regional, Ozita Ribeiro, colaboradora de *O Mensageiro*, importante semanário católico leiriense, utilizava o mesmo estilo intimidatório para apelar às mulheres de «fé inabalável» o voto no «paladino da verdadeira Liberdade», por ser o único candidato que garantia a continuidade da Paz, da Fé e da segurança do Lar.

Mulheres da minha Terra! Mulheres de alma sã e corpo são!
Mulheres duma só crença e fé inabalável! (...) A nação chama por nós e pelos nossos, reclama a nossa presença; a nossa fé não nos deixa ficar indiferentes.

Há uma realidade única: Portugal; existe uma garantia dessa única realidade: Carmona. Carmona, o paladino da verdadeira Liberdade, aquele a quem devemos a nossa Paz, a nossa Fé, a segurança do nosso Lar! ...⁴⁸

Porém, a maior manifestação de apoio das mulheres nacionalistas ao candidato do regime ocorre a 8 de Fevereiro, 5 dias antes do acto eleitoral, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa; um comício que o *Diário de Notícias* titulava em primeira página como «Uma impressionante manifestação da juventude feminina de Lisboa» na qual «muitos milhares de raparigas afirmaram com decidida convicção e entusiasmo o seu apoio ao marechal Carmona e veemente repúdio das actividades subversivas e anti-patrióticas»⁴⁹. Embora com mais ou menos ênfase propagandística, o acontecimento seria referido em por quase toda a imprensa nacional e regional; optamos por seguir o jornal *O Mensageiro* cuja descrição dos factos, embora não assinada, mas ao que indica da responsabilidade da já referida Ozita Ribeiro, surge num artigo intitulado «Uma sessão de raparigas e mulheres nacionalistas»⁵⁰. Ressalva-se que a presença de uma colaboradora da imprensa católica leiriense em Lisboa para cobrir o acontecimento, a fim de reportar às católicas da «província» a encenação eleitoralista «da juventude feminina de Lisboa», demonstra o empenho a igreja católica em torno do candidato do regime.

Ao descrever o ambiente vivido no pavilhão, um recinto onde, pela sua avaliação, estariam presentes cerca de «30 a 40.000 raparigas e mulheres», a repórter de *O Mensageiro*, descreve um «espectáculo único (...) que nos encheu a alma nos revigorou a Fé numa Pátria Grande, Eterna!»⁵¹. Sendo certo que, como referia o

⁴⁸ Ozita Ribeiro, «Um apelo», in *O Mensageiro* de 10 de Fevereiro de 1949, pp.1-2.

⁴⁹ *Diário de Notícias* de 9 de Fevereiro de 1949, p. 1.

⁵⁰ *O Mensageiro* de 17 de Fevereiro de 1949, pp.1 e 2.

⁵¹ Idem, ibidem

Diário de Notícias, o Pavilhão dos Desportos estivesse cheio «por completo», tendo em conta a capacidade do recinto desvalorizamos o exagero da repórter leiriense, para nos focarmos no registo emotivo com que descreve, «aqueles momentos, aquele entusiasmo, aquela Fé, aquele Patriotismo!».

Quando se chamam: *Raparigas de Timor, de Macau, da Índia, de Angola, Moçambique, Cabo Verde e de todo o Império, das Províncias e se lhes pergunta: Estais presentes? Podemos contar convosco?* e avançam as raparigas com as suas bandeiras e do seio da Assembleia se ouve o grito: *Sim! Contai connosco ...* as lágrimas caem, o coração bate, pulsa por tal forma que se sente!⁵²

Ou ainda:

Quando eu ouvi uma das oradoras dizer: *Nós, raparigas, queremos liberdade para ser esposas, mães dos nossos filhos educadoras dos anjos do nosso lar, não queremos a liberdade comunista que nos rouba os maridos, os filhos, o coração,* e quando 40 mil corações sentem, gritam, *não queremos a liberdade que nos querem dar, queremos a liberdade que temos,* as lágrimas saltaram dos nossos olhos e de muitos, como vimos⁵³.

Produto da educação salazarista, as oradoras repudiavam a «liberdade comunista» – como designavam as propostas emancipatórias apresentadas pelas mulheres da oposição – para reivindicarem o seu «lugar de mães prolíficas, de donas de casa ocupadas na gestão doméstica e de esposas submissas e admiradoras»⁵⁴. Pelo que, num pavilhão ao rubro, não surpreende que as suas palavras tenham provocado um clima de transe colectivo, como se depreende das palavras da enviada de *O Mensageiro*, que viu «as lágrimas saltaram» dos olhos de «muitos» e cujo o coração batia «por tal forma» que se sentia; propaganda-espectáculo que iria culminar com as «vibrantíssimas aclamações» que se fizeram ouvir depois de entoado o «hino da Mocidade Portuguesa» e a «A Portuguesa».

Presidido pela condessa de Penha Garcia, Maria Francisca de Castro Franco Frazão, intervieram na Assembleia do Pavilhão dos Desportos: Maria Teresa de Andrade Santos, assistente social, Maria Helena Pressler representando as mães que tiraram cursos «superiores», Maria de Lourdes Baltazar, costureira, Maria

Elisa Suzete de Almeida Relvas, professora primária, Maria Rosa Crisóstomo, «camponesa», Maria Adelaide da Cunha Vasconcelos, estudante da faculdade de medicina, Maria Pereira da Cunha, mãe de família católica que veio «terçar armas por Nossa Senhora de Fátima» e Maria Alice Anjos Pinto Leite em nome das «mães cristãs».⁵⁵ Apesar do diferenciado espectro sociocultural das oradoras, as intervenções estiveram alinhadas pelo mesmo registo paroquial e repetição da mensagem nacionalista católica como expressam os seguintes excertos: «Até ao momento actual não éramos políticas; mas agora, vendo em jogo a nossa dignidade feminina, resolvemos sê-lo» (Maria Helena Pressler) ou «Todo aquele que, na nossa língua, fala em pátria mas renega Deus não pode ser integralmente português» (Alice Pinto Leite).

Por outro lado, e mostrando a sintonia das organizadoras do comício com os interesses da propaganda colonial do governo, estavam presentes representações femininas de cada colónia que, acenando à multidão com bandeiras das suas colónias de origem, afirmavam em uníssono «Contai connosco...»; uma evocação cénica que, tendo em conta o contexto internacional favorável ao crescimento de movimentos independentistas, visava afirmar externa e internamente a soberania portuguesa sobre o seu império e a imunidade do regime salazarista a pressões descolonizadoras.

Tendo como principal fonte deste trabalho a análise dos arquivos da imprensa nacional e regional deste período, como certificam as referências feitas ao longo do texto, destacamos os seguintes aspectos; desde logo o forte apoio feminino à candidatura de Carmona por mulheres que, como foi anteriormente referido, estavam ideologicamente e familiarmente próximas do regime ou, como era mais visível fora de Lisboa, por mulheres fortemente influenciadas pela retórica clerical de apoio ao governo; mas também pela desproporcionalidade de meios de propaganda que se verificava entre as duas candidaturas resultante, em parte, pelo controlo exercido, desde o início da campanha eleitoral, pelo poder sobre a candidatura da oposição. Factores que concorreram para que as eleições de 1949 se tivessem transformado, segundo as palavras da oposição, numa «farsa eleitoral» o que, aliado à falta de consenso e unanimidade entre os grupos que apoiavam Norton de Matos, veio a enfraquecer internamente a campanha de Norton de Matos levando-o a desistir nas vésperas das eleições⁵⁶; de realçar, contudo, que o afastamento do general não impediu que esta prosseguisse já que o partido

⁵² Idem, p.2

⁵³ Idem, ibidem.

⁵⁴ Françoise Thébaud (1995), «A Grande Guerra: o triunfo da divisão sexual», in Georges Duby, Michelle Perrot (dir.), *História das Mulheres no Ocidente*, Porto, Afrontamento, pp.78-79.

⁵⁵ «Impressionante Manifestação da Juventude Feminina de Lisboa», in *Diário de Notícias* de 9 de Fevereiro de 1949, pp. 1 e 5.

⁵⁶ «O sr. Norton de Matos desiste da sua candidatura ...», in *A Voz* de 12 de Fevereiro de 1949, p.1

comunista, principal força política da campanha, via nesta um meio estratégico para chamar a atenção internacional sobre a falta de democracia em Portugal.

Conclusão

Independentemente do desfecho das eleições presidenciais de 1949, estas tiveram o mérito de trazer pela primeira vez as mulheres, tanto da oposição como da situação, para o espaço político, lugar donde estiveram sempre arredadas. Sobre a participação das mulheres nacionalistas, objecto deste artigo, realçamos a opinião de Marcelo Caetano que, como responsável pela campanha eleitoral, viajou pelo país para se inteirar do «ambiente político» em torno das eleições, considerou «muito positiva» pelo clima de «entusiasmo» e «vigor» que as mulheres lhe imprimiram;⁵⁷ como acrescentou, o protagonismo que as mulheres, leia-se nacionalistas, tiveram na vida pública, foi um facto que «até surpreendeu os adversários» e marcou a «história política portuguesa» o que faz com que «de futuro não se po[ssa]de deixar mais de contar com a sua fé e a sua vitalidade».⁵⁸

Deve realçar-se, porém, que o sentido de voto das mulheres nacionalistas, ainda pouco organizadas em termos associativos, era ditado pela estrutura patriarcal e pelo conservadorismo religioso em que estavam formatadas; e que, como referia o periódico *A Voz*, «descorçadas com o passado, as mulheres não quer[iam]em aventuras – quer[iam]em segurança», por isso votavam em Carmona.⁵⁹ Segurança que entendiam ser transmitida ordem e pela «obra» de Salazar – o lema da campanha era mesmo «Dois homens uma só obra» – e garantida pela reeleição de Carmona.

Contudo, como foi explicitado, não é possível falar de apoio feminino generalizado a Salazar dado que também foi expressivo o protagonismo que as mulheres da oposição tiveram na campanha de Norton de Matos. Uma campanha cuja estratégia discursiva disruptiva e hostil às mulheres católicas não ponderou devidamente nem o universo conservador que as tinha moldado nem o contexto temporal ainda maioritariamente salazarista; pelo que, teve dificuldade em fazer passar a justeza da mensagem favorável à emancipação política e social feminina que acabou por ser descredibilizada pelo regime, pela igreja e pelas próprias mulheres a quem se dirigia.

Mas, a diversidade político-ideológica das elites femininas que, em 1949,

⁵⁷ Momento político» in *Diário de Notícias* de 11 de Fevereiro de 1949, p.6.

⁵⁸ *Idem*, *Ibidem*.

⁵⁹ «Movimento Nacional Feminino», *A Voz* de 4 de Fevereiro de 1949, p.1

estiveram na «luta» eleitoral, deixava antever a inevitabilidade de novos confrontos mais estruturados política e ideologicamente, como os que viriam a ocorrer quase dez anos mais tarde na campanha presidencial de 1958 que opôs Humberto Delgado a Américo Tomás.

O FEMININO NOS ARQUIVOS: *abordagens e problematizações*

A obra **Arquivos no Feminino: abordagens e problematizações** é o resultado das comunicações apresentadas no Colóquio *Arquivos no Feminino*, que decorreu em Ponta Delgada, ilha de São Miguel, de 16 a 18 de novembro de 2020, organizado e promovido pela Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, em parceria com o CHAM – Açores (núcleo do CHAM – Centro de Humanidades, da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores), o IEM (Instituto de Estudos Medievais – Universidade Nova de Lisboa) -, bem como com instituições culturais locais – ICPD (Instituto Cultural de Ponta Delgada) e HS (Associação Cultural Histórias Sábias).

Os artigos ora apresentados analisam e revelam o papel da Mulher, através das ausências e presenças do feminino nos mais diversos arquivos, de índole pública e privada, numa cronologia alargada que abrange os séculos XVI a XX. Por esse motivo, apresenta amplas abordagens temáticas e as análises possíveis, no intento de tocar a área cultural e artística, política e institucional, económica e social, bem como, e até, a sociológica e literária. O objetivo foi alcançado: realçar os arquivos femininos, mas igualmente o feminino nos arquivos.